



A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS SURDOS E OUVINTES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Profa. Dra. Maria Ghislény de Paiva Brasil ¹

Camila Mayara Ramalho Dantas ²

RESUMO

A educação inclusiva é um direito de todos os estudantes portadores de deficiência, porém um dos seus maiores desafios é não atingir de maneira significativa o seu público-alvo. Para que haja inclusão do aluno surdo, é necessário mudanças no currículo e na prática do professor, uma vez que a aprendizagem do surdo é diferente do aluno ouvinte. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é analisar a importância da Libras para o ensino e aprendizagem de alunos surdos e ouvintes. Dessa forma, será abordado como funciona a inclusão no ambiente escolar para esses alunos e se de fato o ensino vem contribuindo para a integração do surdo na sociedade. Para isso, adotamos a pesquisa qualitativa e colaborativa, que utiliza o diálogo e a colaboração entre os sujeitos. O embasamento teórico são os estudos que abordam a inclusão e o contexto do surdo, como Mantoan (1997), Quadros (2006), Figueira (2011), e Freire (1996), que discutem os saberes necessários à prática educativa e para a formação docente. Os resultados apontam que a relação entre o estudante surdo, o ouvinte e o professor com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) contribuem de maneira expressiva no seu desenvolvimento escolar. No entanto, ainda não há por parte do professor o

¹ Doutora do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas – DLCH da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, maria.ghisleny@ufersa.edu.br

² Graduanda do curso de Letras-Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, camila.dantas93309@alunos.ufersa.edu.br

conhecimento da Libras, posto que a interação acontece somente com os discentes ouvintes. Além disso, as leis que amparam a inclusão precisam ser aplicadas como estão explícitas em seus artigos, e é necessário um maior empenho para que aconteça de fato a inclusão na escola.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Libras. Alunos Surdos. Alunos Ouvintes.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um direito de todos os estudantes é fundamental para as pessoas portadores de deficiência. Porém, um dos seus maiores desafios é não atingir de maneira significativa o seu público alvo, gerando a exclusão no ensino e aprendizagem daqueles que possuem necessidades especiais. Nesse sentido, para vivermos em uma sociedade inclusiva, é necessário adentrarmos no campo educacional, pois este é capaz de transformar o modo de ser, agir e pensar do ser humano. As escolas inclusivas, recebem diversos alunos com especificidades distintas, e dessa forma, o surdo tem a possibilidade de ser atendido sem que haja dificuldades com a sua condição.

Falar sobre inclusão é mostrar para a sociedade que o termo “normal” não existe na sala de aula, pois todos os alunos têm necessidades que diferem umas das outras. Uma escola regular inclusiva acolhe todos os estudantes de forma igualitária, ou seja, não deve haver distinção para com os alunos portadores de necessidades especiais. Desse modo, o aluno surdo irá adquirir conhecimento para facilitar sua convivência enquanto agente transformador ativo e participativo do seu meio social. Nesse sentido, esta pesquisa aborda as dificuldades/possibilidades vivenciadas por um aluno surdo, um aluno ouvinte e um professor ouvinte no contexto da sala de aula e a importância do uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Por décadas o sujeito surdo foi proibido de conviver de forma igualitária dentro da sociedade. A falta de afetividade de pessoas tidas como “normais” dificultou a vida dessas pessoas por um longo período. Esse distanciamento do mundo real, fez com que o sujeito surdo, ficasse muito tempo longe da escola, pois, poucos podiam contar com o apoio da família para lutar junto pelos seus direitos. Com o passar do tempo e depois de muitas lutas o sujeito surdo passou a ganhar mais visibilidade, e ter os seus direitos reconhecidos na sociedade.

Desse modo, a presente investigação irá tratar sobre a inclusão de alunos surdos, ouvintes e professores na escola, pois, de acordo com o Art. 2º da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, “deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de

serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.”

Dessa maneira, nossa investigação torna-se relevante no tocante às contribuições citadas, bem como pelo nosso interesse em investigar e escrever sobre um tema que embora importante, ainda é pouco discutido por profissionais da educação, além de pouco praticado, mas que merece ser tratado com ênfase em sua totalidade. Assim, notamos que o estudo em questão proporcionará benefícios para diversos setores da sociedade, além de contribuir para a reformulação de um ensino mais igualitário e inclusivo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nessa seção será apresentado o aporte teórico e legal que serviu de embasamento para nossa investigação. Serão considerados os estudiosos que trabalham na perspectiva da inclusão de pessoas surdas na sociedade, sendo essa possível através da aquisição da Língua Brasileira de Sinais - Libras enquanto forma de comunicação entre os indivíduos de uma comunidade. No primeiro item enfatizamos a importância do ensino da Libras, em seguida os aspectos conceituais e por último os marcos legais.

2.1 A importância do ensino da LIBRAS

A aquisição da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua (L1) no ensino e aprendizagem do surdo é de fundamental importância, pois ter o contato com a sua língua materna facilita o convívio social na forma de expressar seus pensamentos, ideias e sentimentos. Para que isso ocorra, é necessário que ele tenha contato com adultos fluentes na Libras. Para tanto, percebemos que na prática esse processo de aprendizagem é diferente e

lento, pois mesmo sendo obrigatório pela lei 10.436, de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras nas escolas públicas e privadas, a maioria das famílias utilizam a língua oral.

Observamos ainda que são poucas as escolas que têm no seu currículo pedagógico a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Além disso, não existem tantos professores especializados 10 nesta área no ambiente escolar; desse modo, torna-se inviável a promoção do auxílio de um profissional tradutor e intérprete de língua de sinais. Essa realidade, infelizmente, só atrasa a educação de pessoas surdas, tendo em vista que a maioria são de famílias ouvintes e que não

tem o primeiro contato com a sua língua natural, e essa falta de acessibilidade em casa e na escola prejudica muito a vida deles como indivíduos na sociedade.

Para os surdos, a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais – Libras como primeira língua (L1) propicia o desenvolvimento linguístico, cognitivo, psicológico e social tornando-os indivíduos constituídos integralmente, pois enquanto língua oportuniza a comunicação, a socialização, a formação de conceitos e a aprendizagem. O uso da língua de Sinais possibilita capacidade de expressão dos pensamentos, de ideias e sentimentos de forma clara tanto quanto a aprendizagem de uma língua na modalidade oral, uma vez que exerce as mesmas funções que a língua falada para os usuários ouvintes (GRANEMANN, 2007, p. 270).

O autor fala da importância do conhecimento linguístico, no ensino-aprendizado dos alunos surdos, mas o seu processo de educação já passou por mudanças, que nos faz refletir sobre as muitas barreiras enfrentadas por eles, posto que, por um longo tempo, tiveram a sua educação priorizada por pessoas ouvintes, sem um espaço próprio, ou seja, uma escola para surdos. Com isso, os alunos surdos possuíam receio de aprender, já que sempre eram vistos como pessoas sem capacidade de pensar e compreender. As famílias, por sua vez, insistiam em buscar uma “cura” através do implante coclear para que o surdo pudesse ouvir. No contexto atual, entretanto, o povo surdo está vencendo as barreiras, lutando, conquistando o seu espaço e mostrando que é tão capaz quanto um ouvinte.

Nesse sentido, o professor precisa se colocar aberto a aprender com seus alunos, possibilitando ao educando se sentir parte de todo o processo. Assim, cabe ao docente promover e possibilitar em sua prática de ensino posturas, saberes e fazeres inclusivos. Dessa forma, será possível construir uma sociedade pautada na inclusão, onde todos os cidadãos possam expressar suas vontades e estabelecer vínculos através do mecanismo da comunicação.

Em síntese, mesmo diante de inúmeras desigualdades, é por meio da educação que o indivíduo surdo pode mudar a forma com a qual é observado, desmistificando diversos preconceitos estabelecidos ao longo da história. Com isso, pode-se afirmar que a manutenção da inclusão de pessoas surdas nos mais variados ambientes constitui-se como uma problemática na sociedade brasileira atual. Nesse sentido, faz-se necessário um remanejamento social nas estruturas que sustentam os preceitos responsáveis pela segregação dos deficientes auditivos.

Os estudantes, de modo geral, enfrentam inúmeras adversidades ao se depararem com alunos surdos; de modo semelhante, ocorre quando alunos não surdos tentam estabelecer contato com outros discentes que são portadores da deficiência. Em primeiro plano, observamos que a comunicação entre estes não ocorre de forma efetiva, posto que não são educados com o ensino da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais); assim, o surdo é obrigado a

adaptar-se a um ambiente composto por pessoas ouvintes. Dessa forma, o processo de exclusão é evidenciado e imposto socialmente aos indivíduos surdos.

Para o surdo aprender a ler e escrever através da linguagem oral é muito difícil, como ele não escuta tem que ficar memorizando aquele conteúdo, por isso a escrita dele em português dificilmente será uma escrita correta, visto as inúmeras dificuldades que ele encontra na sala de aula regular. Com isso o professor para receber um aluno surdo, ele precisa ser capacitado para que possa fazer mudanças no seu planejamento pedagógico e criar recursos que auxiliem todos os alunos surdos e ouvintes, pois é fundamental estreitar os laços de ambos no processo de ensino aprendizagem da Libras. Após todo esse processo de adaptação e planejamento pedagógico com a Libras na grade curricular das escolas, passará a ter uma integração entre professores, alunos surdos e ouvintes dentro do ambiente de ensino. Tal progresso irá trazer um avanço significativo na vida do deficiente auditivo em meio a sociedade.

[...] haveria garantia de ingresso incondicional e a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Assim, o discurso da Inclusão Escolar incondicional concebido de forma radical por diversos movimentos responsabiliza a escola e a sociedade como um todo para adequadamente toda a diversidade humana. Isso obriga o sistema educacional a se reformular por completo e o resultado serão melhorias para todos (FIGUEIRA, 2011, p. 111).

Com essa melhoria na educação, o sujeito com deficiência auditiva passará a viver com mais dignidade, visto que surgirão oportunidades de empregos e também de uma formação na área que ele venha a escolher. Portanto, faz-se necessária essa mudança no ensino aprendido do nosso país. Para as pessoas com deficiência auditiva será muito gratificante tal mudança na educação, e isso irá melhorar de forma significativa o convívio do sujeito surdo na sociedade em que ele vive. E assim, existirá inclusão para surdos e ouvintes no mesmo espaço. Quando isso acontecer a comunicação de pessoas ouvintes com surdos será de forma mais clara, criando laços que beneficiem a todos. Todavia esse avanço será crucial para o desenvolvimento da língua brasileira de sinais LIBRAS, para o intelectual e social, de pessoas portadoras de surdez. No próximo item trazemos os aspectos conceituais da Libras.

2.2 Aspectos conceituais da LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, é uma língua visual/ espacial, ou seja: não é uma língua oral. A LIBRAS, possui a sua própria gramática, e se estrutura de mecanismos fonológicos, sintáticos e semânticos, ela possui uma grande diferença da língua oral auditiva,

o português, pois os sinais da língua substituem as palavras, usando sempre uma expressão facial para se comunicar a língua de sinais é a principal característica da cultura surda.

Surdos são facilmente reconhecidos em espaços públicos pela forma singular de comunicação visual por meio da língua de sinais. Em qualquer ambiente, se duas pessoas estão sinalizando, são imediatamente identificadas como surdas. A língua de sinais diferencia os surdos daqueles que ouvem e se comunicam por uma língua oral. Em razão disso, a comunidade surda reivindica a terminologia surdos para se autorreferenciar. Surdos são pessoas que utilizam uma língua visual e, por isso, fazem parte de uma minoria linguística no Brasil, já que a língua oficial e de uso corrente é a língua portuguesa (FERNANDES, 2018, p. 13).

É importante que o surdo tenha acesso à escrita da língua portuguesa, com mais clareza para que estes não tenham dificuldades ao frequentar lugares públicos, onde a maioria não conhece a LIBRAS, para se comunicar. Dessa forma, Quadros (2008, p. 24) afirma que "a língua de sinais é usada como um recurso para o ensino da língua oral". Desse modo, apesar de a LIBRAS constituir-se como uma língua a qual apresenta estruturas gramaticais, esta não é utilizada pelos falantes como deveria. Assim, é fundamental que o aluno surdo tenha o conhecimento de sua língua materna desde criança, para que nos demais anos de vida, ele tenha acesso não só à educação, mas também aos demais espaços dentro da sociedade.

Além disso, para o surdo, a Língua de Sinais é uma forma de descrever o seu pensamento, ou seja, ele primeiro imagina a imagem daquilo que ele quer dizer; já o ouvinte pensa na palavra e já escreve. Sob esta perspectiva, a diferença primordial é que a compreensão do surdo é visual e para o ouvinte, oral; entretanto, isso não significa a inexistência de uma gramática própria de sua língua, pois esta apresenta uma estrutura composta por parâmetros da LIBRAS. Dentre estes parâmetros, pode-se mencionar a configuração das mãos (CM), a 18 configuração de movimento (M), e também a configuração de articulação (PA). Todos estes são usados na Língua de Sinais para se comunicar. (QUADROS; KARNOPP, 2004)

Essas estruturas morfológicas da língua podem marcar grau de intensidade e tamanho, já a sintaxe marca negação, interrogação e ênfase, ou seja, através de movimentos corporais e expressão facial, a LIBRAS expressa a sua comunicação. Conforme Kojima e Segala (2008, p. 07), "[...] a comunicação entre as pessoas só acontece quando ambas as partes estão em sintonia. Numa comunicação é importante entender, saber interpretar a mensagem e saber expressar bem seus pensamentos pois, muitas vezes, acontecem problemas de comunicação".

2.3 Marcos legais da LIBRAS

Acerca dos marcos legais da Libras (Língua Brasileira de Sinais), é importante mencionar as principais legislações que contribuíram para a manutenção da inclusão de pessoas com deficiência auditiva na sociedade. Dentre eles, pode-se destacar a Lei nº 10.436, instituída em 24 de abril de 2002, a Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008, a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que diz respeito à Libras constitui-se como um marco legal de extrema relevância para a sociedade brasileira. Ela conhece, de forma legal, a língua em questão como uma forma de comunicação, além de afirmar o aspecto visual-motor empregado durante o processo de compartilhamento de informações. Confere ao poder público a responsabilidade de garantir a difusão dessa língua, a fim de expandir o seu acesso dentro do território nacional.

Conforme a lei supracitada, tanto o sistema educacional federal quanto os sistemas de cunho estaduais e municipais possuem o compromisso de garantir esta prática em cursos de formação voltados à Educação Especial. De acordo com o Art. 4º, “devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior”.

A Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004, por sua parte, diz respeito ao Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PAED). Este programa foi elaborado com a finalidade de garantir o pleno acesso à educação aos portadores de algum tipo de deficiência os quais não estejam integrados em salas de aulas comuns do ensino regular. Por meio disso, seria possível, de acordo com a lei, garantir, de modo progressivo, a inserção dos discentes nas classes supracitadas.

Tal lei institui que é de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fornecer apoio financeiro de maneira proporcional à quantidade de educandos presentes nas instituições de iniciativa privada e sem fins lucrativos que estejam responsáveis pela educação de pessoas que possuam alguma deficiência. Apesar da Lei nº 10.845 ser bastante relevante para a inserção dessa parcela do corpo social na comunidade, não é estabelecido como obrigação do Estado, dos municípios e do Distrito Federal a promoção da educação especial

Outro marco legislativo essencial para a Libras foi o Decreto nº 5.626, instituído em 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436. Dispõe acerca da inclusão da Libras

como disciplina curricular, da formação dos professores e instrutores de Libras, do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação, da garantia do direito à educação e à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva e do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão da Libras.

A Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008, por sua vez, institui o dia 26 de setembro como o Dia Nacional do Surdo. Esta data serve para dar visibilidade a esta comunidade, representando, desse modo, um dia político para a nação brasileira. Além disso, não apenas proporciona o debate sobre os desafios enfrentados pelas pessoas portadoras de deficiência auditiva em relação à inclusão na sociedade, mas também sobre a importância da conscientização para com outros cidadãos brasileiros no que tange à preservação dos direitos dos surdos.

Por último. A lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, configura-se como o marco legislativo mais completo elaborado até os dias atuais. O documento institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - também denominado Estatuto da Pessoa com Deficiência, além de garantir os direitos das pessoas portadoras de deficiência. Alguns dos aspectos abordados neste regulamento são a igualdade e a não discriminação, bem como do acesso prioritário. Ademais, trata dos direitos fundamentais, como o direito à vida, à habilitação e à reabilitação, à saúde, à educação, à moradia, entre outros.

De fato, as leis que dão direito a pessoas com deficiência auditiva, são inúmeras, e cada uma delas apresenta diversos benefícios que auxiliam os surdos, porém, estes só estão dispostos teoricamente, pois na prática não condiz com a realidade. Com isso, a falta de inclusão é referência na sociedade e principalmente na educação, trazendo assim, um expressivo atraso educacional do sujeito surdo, ficando a margem da sociedade sem participar ativamente do que essa proporciona.

Com base nos documentos legais que regem e defendem a LIBRAS, entendemos que é de extrema necessidade que o ambiente escolar propicie aos alunos mudanças significativas ao qual torne o ensino inclusivo para todos, e que não trate o aluno como diferente e não veja-o como um problema para escola, pelo contrário, a instituição deve procurar meios de integrá-los e não, o inverso.

3 METODOLOGIA

Nesta seção abordamos os aspectos metodológicos da pesquisa, tais sejam: caracterização da metodologia, lócus, colaboradores e as opções de estratégias metodológicas.

A pesquisa foi realizada na turma da 2º série do ensino médio na Escola Estadual Professor Adrião Melo no município de Campo Grande, cidade localizada no médio oeste do Rio Grande do Norte, que fica a 240 km da capital Natal. A metodologia é de caráter qualitativo e de cunho colaborativo, respaldando-se em Gil (2002) e Ibiapina (2008).

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2014). Ou seja, a pesquisa qualitativa tem como objetivo refletir sobre dados existenciais, ela expõe a real circunstância do objeto em investigação. Sobre a abordagem colaborativa, Ibiapina (2008), apud, Souza (2010) enfatiza que:

[...] é aquela inerente a criação de condições, para que os sujeitos partícipes desenvolvam focos de análise de suas práticas, direcionados para o desenvolvimento da descrição destas, para posteriormente trabalharem na perspectiva da informação, confronto e reconstrução de suas práticas (IBIAPINA (2008), apud SOUZA (2010) p. 274).

A pesquisa colaborativa possibilita a elaboração de circunstâncias favoráveis, nas modificações na educação em relação às suas práticas, proporcionando aos pesquisadores oportunidades de realizarem seus estudos teóricos e práticos de maneira contínua.

A pesquisa colaborativa, ancorada nas bases da pesquisa qualitativa, apresenta aproximações com a etnografia em ambiente escolar e vem sendo ricamente utilizada no sentido de ampliar a participação do pesquisador na escola. Seu objetivo maior é atender à necessidade de estreitar laços entre escola e academia, promovendo resultados profícuos relacionados diretamente à prática docente (GASPAROTTO, 2016. p. 950).

Desse modo, a pesquisa colaborativa não toma partido em uma discussão, ou seja, não se posiciona nem a favor, nem contra. Está relacionada com os nossos pensamentos, teorias, práticas, formações, reflexões e construções de conhecimentos, seguindo com diálogos de acordos com histórias de fatos explicados cientificamente e com a realidade da sociedade.

3.2 Colaboradores da pesquisa

Para Ibiapina (2008), o trabalho de colaboração auxilia os participantes a investigar e refletir suas ações, analisando a possibilidade ou não de reestruturação do trabalho docente. O

docente que participa de ciclos reflexivos e os coloca em prática, irá agregar muito conhecimento na vida acadêmica e profissional.

Essa pesquisa é composta por quatro colaboradores, os quais descrevo de forma sucinta: são alunos e professores de instituições distintas a saber: colaborador (1), (2) e (3) faz parte da Escola Estadual Professor Adrião Melo, já a colaboradora (4) é discente do curso de Letras Libras da Universidade Federal Rural do Semi Árido - UFERSA, campus de Caraúbas - RN.

a) Colaborador (1): aluno da escola em estudo, jovem de 22 anos, nasceu surdo, e ao longo de sua vida enfrentou muitos desafios, dentre esses, a omissão dos seus genitores, e sua condição também dificultaram a vivência em sociedade. Conheceu a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) há pouco tempo, e está participando de cursos oferecidos no Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo (CAS), de Mossoró RN. Atualmente, ele vem se sentindo mais inserido na sociedade, devido ao conhecimento que vem adquirindo ao longo do tempo.

b) Colaborador (2): professor da disciplina de História, licenciado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN,) tem 25 anos de atividades pedagógicas em sala de aula, é ouvinte e não tem conhecimento na Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS.

c) Colaborador (3): aluno da escola em estudo, jovem ouvinte, de 22 anos, uma pessoa super tranquila, legal, simpática, e gentil que gosta de ajudar as pessoas, principalmente aquelas que necessitam mais. Ela é ouvinte e sonha com uma sociedade melhor, seu otimismo também contribui para ter a capacidade de comunicação e relacionamento interpessoal, sempre valorizando as pessoas e a convivência com familiares.

d) Colaborador (4): Camila, é pesquisadora e discente do curso de Letras-Libras, participa do grupo de pesquisa colaborativa desde o ano de 2021, onde adquiriu muito conhecimento para vida acadêmica, pessoal e profissional. É uma mulher tímida, gosta de ler, e é apaixonada pela Língua de Sinais Brasileira, LIBRAS. Esforçada e prestativa, ao ingressar no curso de Letras – Libras, viu a necessidade que as pessoas surdas enfrentam desde muito tempo e perdura até os dias atuais. Dessa forma, o curso proporcionou despertar um olhar mais humanizado na causa das pessoas com deficiência auditiva. Percebe o quanto é importante o professor buscar conhecimentos além de sua formação com vistas a preparar e incluir alunos surdos na sociedade.

Os colaboradores serão chamados pelo número indicador de cada um, como foi citado acima: colaborador (1) referente ao aluno surdo; colaborador (2) para mencionar o professor ouvinte; colaboradora (3) para mencionar a aluna ouvinte; e colaboradora (4) para se referir a mim, pesquisadora deste trabalho.

3.3 Construção de dados

A construção dos dados foi realizada através da observação de uma aula na sala do Colaborador (1) no dia 14/03/2023. Além disso, realizamos uma sessão reflexiva entre os colaboradores, que teve por objetivo o diálogo acerca de desafios e perspectivas da inclusão. O ciclo reflexivo aconteceu dia 17/03/2023 na Escola Estadual Professor Adrião Melo. O diálogo da sessão reflexiva teve como conteúdo os desafios e perspectivas vivenciadas pelos colaboradores no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos e ouvintes.

As sessões reflexivas são sistematizadas com a finalidade de auxiliar os professores a reconstruir conceitos e práticas, desenvolvendo um processo reflexivo que inicia pelas construções já existentes e pela identificação dos componentes básicos dos eixos da ação e as tendências que estão mais próximas do fazer didático. (IBIAPINA, 2008, p. 97).

Dialogamos e analisamos as diferentes metodologias de ensino aprendizagem e, como acontece ou não a inclusão de alunos surdos durante as aulas, a maneira que tornaram atrativas, menos cansativas e que despertou a atenção dos estudantes. O foco mais notável da sessão reflexiva foram as análises realizadas de modo crítico e com posicionamento colaborativo, onde os colaboradores compartilharam e obtiveram novos conhecimentos, possibilitando espaço de troca e contribuições mútuas e entendendo o quanto a teoria pode influenciar a prática.

Portanto, a pesquisa colaborativa é uma prática simultânea desenvolvida entre o pesquisador e o professor favorecendo a capacidade de aguçar um olhar profundo e crítico em relação aos entraves que tendem a surgir no cotidiano de suas práticas educacionais. O despertar dessa habilidade possibilita a emancipação docente para resolução de situações problematizadoras e desafiadoras, contribuindo também para o enriquecimento do conhecimento científico. Contudo, a reflexão coletiva facilita a reformulação de conceitos e reestruturação de práticas anteriores.

4 RESULTADOS

Nesta seção será exposto a análise dos dados da pesquisa. Nos próximos itens apresentaremos as análises da aula observada e do ciclo reflexivo, o foco é refletir sobre as possibilidades e desafios que o ensino de Libras traz consigo para alunos surdos e ouvintes no ambiente escolar, dialogando com os teóricos que serviram como base para a tessitura do nosso estudo.

4.1 Estratégias de ensino e aprendizagem

Neste item serão descritas e analisadas as estratégias de ensino usadas pelo professor ouvinte na sala de aula regular, e como ele lida com os desafios de integrar o aluno surdo no mesmo momento de aquisição e troca de conhecimento com os alunos ouvintes. O processo de aprendizagem dos alunos surdos requer do professor adequação em seus planos de aula, visto que a prática de ensino docente é muito importante nesse percurso vivido pelo aluno, para que ele seja estimulado a participar ativamente da sociedade do qual faz parte. Pois como defende Tardif (2002, p. 165) “[...] ensinar é entrar em uma sala de aula e colocar-se diante de um grupo de alunos, esforçando-se para estabelecer relações e desencadear com eles um processo de formação mediado por uma grande variedade de interações”.

O quadro a seguir descreve as estratégias de ensino utilizadas pelo professor em estudo:

Diário de bordo: Transcrição da aula observada

Observação da aula dia 14/03/2023
A aula foi da disciplina História, ministrada pelo professor colaborador (2). O docente deu as boas-vindas a todos os alunos e começou a inserir o assunto através de slide, e foi explicando oralmente cada tópico. Neste momento foi possível perceber que todos os alunos ouvintes e o professor interagem entre si, mas o aluno surdo não houve nenhuma forma de comunicação ou interação, ele passou todo aquele momento “cabisbaixo”, foi uma aula totalmente criada para alunos ouvintes, não tinha nenhuma estratégia ou adaptação do conteúdo abordado pelo professor para aquele aluno com surdez”.

Fonte: Acervo da autora (2023)

Foi possível constatar que o professor não tem conhecimento acerca da Libras, e o mesmo não consegue se comunicar com o aluno surdo. Para que haja uma mudança nesse contexto, o docente deveria procurar aprender pelo menos o básico da Libras para se comunicar com o aluno surdo e também adaptar suas aulas de maneira compreensiva para discentes com surdez, utilizando recursos pedagógicos imagéticos e/ou audiovisuais de linguagem acessível com vistas a melhor compreensão do conteúdo a ser repassado em sala de aula.

Com base na citação e na realidade que os dados da pesquisa apontam, se faz necessário assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano da sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos. É preciso utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas

ideias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e 27 práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos. Avaliar de forma contínua e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação (LACERDA, 2006).

4.2 Os desafios de incluir

Neste item utilizamos os dados construídos na sessão reflexiva sobre os desafios de incluir expressados pelos colaboradores da pesquisa. O quadro abaixo detalha o diálogo realizado.

Transcrição da sessão reflexiva da aula observada da disciplina de história e sobre as experiências do aluno surdo, professor e aluno ouvintes. (17-03-2023)

SESSÃO REFLEXIVA
<p>Colaboradora (4):</p> <ul style="list-style-type: none">-Olá, bom dia!- Como foi a aula pra vocês hoje?- Relate um pouco sobre a experiência?
<p>Colaborador (1):</p> <ul style="list-style-type: none">- Oi, bom dia! Para mim é desafiador a sala de aula, sempre passei por situações constrangedoras desde que iniciei os meus estudos no ensino básico.
<p>Colaborador (4):</p> <ul style="list-style-type: none">-Você pode contar como acontece o contato do professor com você?
<p>Colaborador (1):</p> <ul style="list-style-type: none">- Esse contato não acontece com minha língua, a Libras, mas, mesmo sem conhecer ele se comunica da forma dele, já passei por situações onde alguns professores gritavam no meu ouvido pensando que eu ia ouvir.
<p>Colaborador (2):</p> <ul style="list-style-type: none">- Oi, bom dia, eu enquanto professor fico bastante preocupado com a situação do meu aluno, por não haver no momento da aula o auxílio de um intérprete, segundo a direção da escola, está esperando a DIREC renovar o contrato.
<p>Colaborador (3):</p> <ul style="list-style-type: none">- O ideal seria que as contassem com um serviço de tradutor intérprete de Libras para auxiliar o aluno surdo na compreensão do que está sendo exposto pelo professor, como também, viabilizar e estabelecer a interação mútua.

Colaborador (4):

- Compreendo que são inúmeras dificuldades que há na sala de aula devido à falta de um tradutor intérprete. Quero agradecer a todos vocês pela acolhida na aula e sugerir ao professor e alunos ouvintes que busquem aprender o básico da Libras para se comunicar com o nosso colega colaborador (1), o youtube disponibiliza muitos vídeos que poderá ajudar a todos vocês.

Fonte: Acervo da autora (2023)

No decorrer do ciclo reflexivo foi possível observar que é desafiador para o professor ouvinte e para o aluno surdo, o ensino sem a participação do serviço do tradutor intérprete para conduzir as aulas com mediação entre o professor e o aluno, unindo a Libras com a Língua Portuguesa, visto que as duas possuem uma estrutura gramatical diferente.

Diante dos dados apresentados, faz-se necessário que medidas sejam tomadas, a fim de reverter as dificuldades vivenciadas no cotidiano dos alunos portadores de deficiência auditiva para que, dessa forma, as declarações evidenciadas na Constituição da República Federativa do Brasil no que tange à inserção de todos os cidadãos no ambiente escolas sejam efetivamente cumpridas. Assim, será possível construir uma educação cada vez mais inclusiva, bem como condizente com as necessidades de cada indivíduo, contribuindo para o pleno exercício da cidadania. No próximo item destacaremos nossas perspectivas de incluir, para além dos desafios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso trabalho versou sobre a importância da Libras no processo de ensino aprendizagem dos alunos surdos e ouvintes: desafios e perspectivas. No decorrer da pesquisa, concluímos que a realidade que nos rodeia no ensino público apesar da legislação, ainda é a falta de inclusão, infelizmente esta situação é mais frequente do que esperávamos, não há na grade curricular da escola a disciplina Língua Brasileira de Sinais/Libras, e também a instituição não conta com os serviços de profissional intérprete de Libras.

Defendemos que o tradutor intérprete auxilia o aluno surdo a estabelecer comunicação entre alunos e professores ouvintes, no entanto, a realidade predominante nas escolas regulares, a partir da escola pesquisada não é aquela preconizada na lei mencionada anteriormente neste trabalho e as instituições de ensino não dispõem desse profissional de extrema relevância, em

contrapartida, a comunicação e o aprendizado do surdo fica cada dia mais complicado, gerando falta de inclusão, integração e interação social.

O papel do profissional que trabalha como tradutor intérprete de Libras é fundamental para interação e comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, gerando possibilidades de acessibilidade para o sujeito com deficiência auditiva. Dessa forma, haverá uma troca de conhecimento entre surdo e ouvinte, quando ele tem o auxílio do tradutor e principalmente nas salas de aula do ensino regular.

Diante desses dados é possível perceber que a dificuldade entre aluno surdo, aluno ouvinte e professor na aprendizagem são enormes, pois não há comunicação e interação entre ambos naquele ambiente escolar. Dessa forma não há nenhum tipo de apoio para o discente surdo, para que ele venha concluir os seus estudos de forma igualitária.

Ressaltamos ainda que não estamos citando culpados, e sim, relatando a atual situação do nosso sistema educacional, que precisa ser revisto com mais atenção para que haja inclusão nas escolas. Além disso, é válido dizer que uma formação continuada para o corpo docente sobre o básico da Libras é de fundamental relevância para a integração do sujeito surdo na educação e na sociedade.

Concluimos que nem tudo a autora conseguiu acertar e que a pesquisa não irá resolver todas as lacunas que existem nas salas de aulas entre professor e alunos surdos, mas com certeza conseguirá contribuir para o repensar sobre o que é uma prática inclusiva e significativa. Que a pesquisa seja para o mundo pelo menos uma gota de força para efetivação da inclusão nas escolas. E, seguimos com a disposição de Freire para (re)começar, e continuar tudo de novo, isso indica que o pesquisador seguiu vivo e esperançoso, pois seu modo de pensar o mundo deixa claro o propósito de lutar incansavelmente.

ABSTRACT

Inclusive education is a right for all students with disabilities, but one of its biggest challenges is not significantly reaching its target audience. In order for deaf students to be included, changes in the curriculum and teacher practice are necessary, since deaf students' learning is different from that of hearing students. From this perspective, the objective of this work is to analyze the importance of Libras for the teaching and learning of deaf and hearing students. In this way, it will be discussed how inclusion works in the school environment for these students and whether teaching has in fact contributed to the integration of deaf people into society. To

achieve this, we adopted qualitative and collaborative research, which uses dialogue and collaboration between subjects. The theoretical basis is studies that address inclusion and the context of deaf people, such as Mantoan (1997), Quadros (2006), Figueira (2011), and Freire (1996), which discuss the knowledge necessary for educational practice and training teacher. The results indicate that the relationship between the deaf student, the hearing student and the teacher with the Brazilian Sign Language (LIBRAS) contributes significantly to their academic development. However, there is still no knowledge of Libras on the part of the teacher, as interaction only happens with hearing students. Furthermore, the laws that support inclusion need to be applied as stated in their articles, and greater commitment is needed to make inclusion actually happen at school.

Keywords: Inclusive Education. Brazilian Sign Language (Libras). Deaf Students. Hearing Students.

REFERÊNCIAS

BRASIL, LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. **Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112319.htm> Acesso em: 06 de março de 2023, às 16:32.

BRASIL, LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. **Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112319.htm> Acesso em: 06 de março de 2023, às 16:32.

BRASIL, LEI Nº 14.191, DE 3 DE AGOSTO DE 2021. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/114191.htm> Acesso em: 07 de março de 2023, às 15:35.

BRASIL, LEI Nº 10.845, DE 5 DE MARÇO DE 2004. **Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.845.htm> Acesso em: 7 de março de 2023, às 15:46.

BRASIL, DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 08 de março de 2023, às 15:48.

BRASIL, LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.** Disponível em: <

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm > Acesso em: 10 de março de 2023, às 17:06.

FERNANDES, Sueli. **Língua Brasileira de Sinais - Libras**. 1ª Edição. IESDE Brasil, Curitiba, 2018.

FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

GASPAROTTO, Denise Moreira; MENEGASSI, Renilson José. **Aspectos da pesquisa colaborativa na formação docente**. Florianópolis, v.34, n.3, p. 948-973, set/ago.2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRANEMANN, Jussara Linhares. **LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS COMO L1 PARA ESTUDANTES SURDOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**, 2017.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber, 2008. 136p. Apud. SOUZA, José Ribamar de Brito Souza.

Linguagens, Educação e Sociedade - Teresina, Ano 15, n. 22, jan./jun.2010.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

KOJIMA, Catarina Kiguti; SEGALA, Sueli Ramalho. **Libras - Língua Brasileira de Sinais: A Imagem do Pensamento**. Volume 2. Livros Escola.

QUADROS, R. M. KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.